



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 3/2013

SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE JUNHO DE 2013

----- Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano dois mil e treze, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida e Ana Cristina Lobato Fróis Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas dos Senhores Deputados Mário Luís Nogueira Ramos, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira e Carla Maria Pires Rodrigues, procedendo-se à substituição respetiva substituição do primeiro e da última. -----

----- Pelas catorze horas e quarenta minutos, verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 2/2013 referente à sessão ordinária de 27 de abril. -----

----- Aprovada a ata n.º 2/2013 por maioria dos presentes com 25 votos a favor e 2 abstenção. -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Jacinto Madeira Correia** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Absteve-me por não estar presente na sessão a que se refere a ata n.º 2/2013.” -

----- **Declaração de Voto da Presidente de Junta de Freguesia da Ribeira de são João** que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Absteve-me por não estar presente na sessão a que se refere a ata n.º 2/2013.” -

----- CORRESPONDÊNCIA -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Pelo Primeiro Secretário foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Desculpando-se desde logo informou que o Deputado Municipal António Manuel da Silva Moreira dirigiu no passado dia vinte e quatro de junho um pedido de suspensão de mandato, por razões de natureza pessoal, pelo período de quarenta e cinco dias, ao qual respondeu de imediato e que reencaminhou para os serviços da Assembleia Municipal que, por alguma razão, nunca chegou a ser recebido. Continuou dizendo que, por essa razão, não consta da ordem de trabalhos a apreciação do mesmo e que perante a situação e tendo em conta que nos termos do regimento, artigo 13º, n.º 2, o pedido de suspensão deve ser aprovado pelo plenário na reunião imediata à sua apresentação propôs a alteração da ordem de trabalhos para que de imediato se apreciasse o pedido e, sendo caso disso, se operasse a sua imediata substituição. -----

----- Nos termos do artigo 34º, n.º1, propôs a votação da alteração da ordem de trabalhos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Pedido de suspensão de mandato de membro da Assembleia Municipal – António Manuel da Silva Moreira** -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto lendo o requerimento. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- De seguida informou que foi recepcionada pela Mesa uma moção apresentada pelo Líder de bancada da Coligação Democrática Unitária, Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, para a qual se obteve consenso das várias bancadas e que será apresentada como sendo da Assembleia Municipal, que foi de imediato lida pelo Primeiro Secretário da Mesa (anexo 3). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este período. -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado António José Rodrigues da costa -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deputado Jacinto Madeira Correia -----
----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----
----- Deputado António Jorge da Silva Madeira -----
----- Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João -----
----- Deputado Carlos Jorge Coelho Neto -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião -----
----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----
----- Deputada Anabela Costa Azenha -----
----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----
----- Iniciou por fazer uma avaliação do mandato que está a terminar, em particular da prestação da Assembleia Municipal nas funções que lhe são atribuídas e do também do público, concluindo que a curiosidade e participação iniciais por parte deste último depressa esmoreceram, lamentando a indiferença e o afastamento da causa pública. Continuou dizendo que os eleitos primaram pela presença, pela discussão, pelas críticas e propostas referentes aos assuntos trazidos à assembleia. Realçou a disciplina que honrou todas e cada uma das sessões. -----

----- Seguidamente apelou a que o executivo em exercício cumprisse as promessas de obras orçamentadas e previstas nas grandes opções do plano que são de premente realização. Salientou ainda a extrema necessidade da limpeza do rio Maior e da ribeira de S. Gregório por questões ambientais, em especial, e que a limpeza pontual para cumprir calendário não indicia uma boa gestão dessa realidade. Referiu ainda, relativamente ao problema da água, o desperdício verificado no fontenário na Praça do Comércio e a falta desta no fontenário do largo do antigo mercado. -----

----- Referiu ainda um rol de promessas escritas e ditas como compromissos aquando da campanha, como a redução do IMI a jovens. Afirmou também que as questões de fundo, relacionadas com as populações e nobreza do concelho, ainda se encontram em cartilha. Disse ainda não se conformar com o facto de uma obra que deveria ser pública, pela sua importância, como a guarda e manutenção do espólio de Eugénia Lima, estar entregue a particulares. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referiu-se ainda às promessas acerca da agilização de procedimentos administrativos e a sua desburocratização ainda longe de serem o ideal no tratamento do cidadão e da agilização nos serviços para estímulo ao desenvolvimento. -----

----- Terminou fazendo votos que o executivo que venha a desempenhar funções proporcione aos estudantes melhor espaço e melhor acústica para a designada festa de finalistas, considerando que o pavilhão multiusos não foi concebido para uma festa desta natureza. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da costa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por louvar os trabalhadores riomaiorenses que ousaram participar nas lutas laborais que tiveram lugar no concelho de Rio Maior, revelando que muitos não o fizeram por dificuldades financeiras e por medo de represálias. Deu ainda especial destaque à greve às avaliações levada a cabo pelos professores e à greve dos trabalhadores dos correios. Referiu-se ainda à proposta de lei da mobilidade dos trabalhadores em funções públicas que considerou mais não ser que a criação de condições que permita o seu livre despedimento e que tornará as autarquias como um dos principais atores neste processo de desmantelamento de serviços e postos de trabalho, questionando qual é a posição da Câmara Municipal de Rio Maior nesta matéria e que esclarecimentos pode dar acerca do tema. -----

----- Referiu também que esteve na Vila da Marmeleira e que viu os trabalhos de requalificação do parque de merendas do antigo lavadouro público e questionou o que é que a câmara conjuntamente com a junta de freguesia respetiva está a fazer para resolver, ou pelo menos minimizar, o problema fundamental e básico que é a falta de água naquela freguesia. Disse também ter estado em Abuxanas onde lhe foi dado a conhecer o problema da falta de limpeza, da deposição de resíduos nas bermas da estrada e na ribeira e ainda a falta de sinalização das obras que estão a decorrer nesse local. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Referindo-se à anterior intervenção disse ser um facto que existe muita gente que não faz greve por medo de represálias mas que, por outro lado, há aqueles que são obrigados a fazê-la pelos chamados piquetes de greve. -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou por dizer que a bancada do Partido Socialista se congratula pela inauguração da Escola Superior de Desporto de Rio Maior e pelo elogio feito pela Presidente da Câmara ao Dr. Silvino Sequeira, mentor desta grande obra em Rio Maior. -----

----- Continuou fazendo referência às eleições no Clube de Natação de Rio Maior congratulando-se pela existência desta instituição, uma das mais representativas da juventude desta cidade, que continua a obter resultados apreciáveis e que, por isso, merece ser apoiada pela Câmara Municipal. -----

----- Questionou, de seguida, qual o ponto de situação dos protocolos do mercado social de arrendamento, da integração de mulheres vítimas de violência e da associação dos amigos de alzheimer. -----

----- Por último questionou se a inauguração da loja do cidadão será efetuada no próximo dia quinze de agosto conforme o anunciado e se sim com que valências. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Demonstrou a sua tristeza pessoal pela tragédia acontecida com o senhor Armando Madeira Bernardo cidadão e amigo das Correias e fez questão de honrar o seu nome neste fórum como sendo um cidadão exemplar. -----

----- Seguidamente disse que não obstante ter tentado contactar a diretora, como representante da Assembleia Municipal, para se inteirar de quais as políticas de saúde para o concelho não o conseguiu e que, por isso, não consegue neste momento fazer um ponto de situação acerca do assunto. -----

----- Chamou ainda à atenção para a época de extremo calor que atravessamos com riscos de grande desidratação e pediu que todos alertem as populações, em especial os mais novos e os mais idosos, para os riscos existentes. -----

----- **Deputado António Jorge da Silva Madeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que na sessão anterior fez referência ao facto de na Avenida de Portugal se encontrar uma paragem de autocarros, em frente ao centro de saúde, que necessitava de algumas obras e que de facto as mesmas tiveram início mas que neste momento se encontram novamente paradas, estando ainda o maior problema por resolver. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Chamou também à atenção para o facto de ter sido referido que existe um grande canavial na ribeira de S. Gregório o que considera exagerado já que em tempos idos este era bem maior trazendo perigos para a saúde pública, considerando que hoje, pela pequena dimensão das canas, tal não acontece e que inclusive essas mesmas canas acabam por ocultar o lixo existente na ribeira. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para reconhecer, numa altura em que tanto se tem criticado o centro de saúde, o trabalho que foi desenvolvido na Freguesia da Ribeira de São João através da realização de um workshop sobre a diabetes que considerou um trabalho fantástico desenvolvido pelas enfermeiras Gabriela e Sandra Almeida que abordaram os temas de uma forma muito profissional deixando alertas acerca da doença e formas de lidar com a mesma. -----

----- **Deputado Carlos Jorge Coelho Neto** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se congratular com a inauguração da Escola Superior de Desporto de Rio Maior que contou com a presença do Secretário de Estado da Educação, do Secretário de Estado do Desporto e das mais variadas entidades oficiais. Disse tratar-se de uma grande valência para Rio Maior e coloca-nos no caminho da formação de excelência, da investigação e sobretudo do desenvolvimento humano e em consequência do desenvolvimento do concelho. -----

----- Acrescentou que o elogio feito pela Presidente da Câmara ao seu antecessor foi totalmente justificado e que aquilo que não é justificado foi o facto de a comunicação social local não ter dado a honra a este momento e às intervenções feitas na cerimónia da inauguração. -----

----- Disse ainda que a inauguração desta escola permitiu ainda a inauguração do Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior que irá proporcionar a criação de pequenas empresas, o incentivo ao empreendedorismo, à criação de emprego, através da desburocratização de processos e das parcerias firmadas. Voltou a referir que também esta inauguração foi deixada para segundo plano pela comunicação social local. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que se encontra a fechar um ciclo da sua vida e que no último mês viu iniciado um sonho de longa data que é a ligação da Asseiceira a Anteporta, a estrada dos Casais Varões que considera uma obra muito importante para a freguesia e para o concelho, pelo que agradeceu publicamente ao executivo municipal. -----

----- Disse que um outro projeto que está finalmente concluído é a totalidade da freguesia estar agora servida de água potável, algo que foi conseguido com a ajuda da população, com a colaboração da Junta de Freguesia de Rio Maior e da Câmara Municipal de Rio Maior. -----

----- Continuou dizendo que se encontra ainda em falta a conclusão da rede de saneamento o que considerou inconcebível e que as políticas nacionais e opções locais fizeram escolhas que impossibilitaram a conclusão desta infraestrutura em muitos locais. Alertou que sendo a Asseiceira uma freguesia em franco crescimento não existe justificação para locais como os Casais Varões, Ribeira de Santo André e Casais Quintinos não estarem ainda servidos por rede de saneamento. -----

----- Questionou ainda se se irá manter a periodicidade da recolha do lixo nas freguesias se vai manter uma vez por semana e se é verdade que a Câmara Municipal poupa cinco mil euros por mês no contrato com essa periodicidade. -----

----- De seguida afirmou que a concretização da Escola Superior de Desporto de Rio Maior é um desiderato nacional, é única no país, mas alertou que isso não deve ser suficiente e deve ser concluído projeto inicial que incluía a residência escolar, que até agora não foi possível pelo facto de as verbas terem vindo a ser sucessivamente retiradas pelos governos para a realização de outros projetos. -----

----- Referindo-se ao Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior disse esperar que haja a inteligência tática e estratégica de se aproximar de todas as pessoas e não apenas de algumas com informação privilegiada. Considerou que se trata de uma obra importante e que efetivamente será importante se chegar às pessoas. -----

----- Salientou ainda a assinatura do protocolo da Desmor com as seleções porque permite o centrar da atividade. -----

-----Acerca do tema da saúde no concelho de Rio Maior esclareceu que a Comissão de Utentes nada move contra médicos, enfermeiros e auxiliares, que não têm culpa da situação atual. Informou que à data de trinta de um maio, pelos dados que lhe foram fornecidos pela Assembleia da República, existem duas unidades de saúde



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

constituídas, a Unidade das Salinas, que está em funcionamento, com apenas uma das extensões rurais a funcionar bem, na freguesia de São João da Ribeira. -----

----- Relativamente à Unidade de Saúde dos Moinhos foi-lhe informado que estaria a funcionar no último trimestre do ano passado, o que não aconteceu e que estão doze mil quinhentos e sessenta e oito utentes agregados a essa dita unidade de saúde que não funciona. Informou também que quando foi questionado porque é que só havia três médicos naquele complemento, foi-lhe dito pela diretora do mesmo que no momento estavam oito mil utentes sem médico de família. Referiu que posteriormente veio a Diretora do Agrupamento de Centros de Saúde dizer que são sete mil e quatro. Considerou que não deveria haver nem um único utente nessas condições e que mais grave é as deficientes condições de tratamento de diabéticos, de hipertensos e a lista de espera das crianças para a saúde escolar. -----

----- Por fim informou que se encontra a decorrer um abaixo-assinado e que irá ser promovida uma vigília no centro de saúde em defesa da saúde. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para fazer referência à inauguração do monumento aos combatentes na freguesia de São Sebastião e deixar um agradecimento, em nome da freguesia, ao executivo municipal, aos técnicos da autarquia e à arquiteta autora do projeto. -----

----- Lembrou, no entanto, que este agradecimento se refere apenas a uma obra e que existem na freguesia obras muito prementes e que espera que alguma delas se realize muito em breve. -----

----- **Deputado Albino da Piedade Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Manifestou a sua satisfação por ter já sido feito o desbaste das silvas e das ervas na Avenida dos Combatentes e disse esperar que este seja o princípio de outros trabalhos necessários um pouco por toda a cidade. -----

----- De seguida questionou se com o aproximar do verão e das altas temperaturas já existe algum plano da parte da proteção civil municipal para prevenção aos fogos florestais. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Por fim agradeceu a prontidão com que foi colocado, por sua solicitação, um ecoponto na Rua do Mercado. -----

----- **Deputada Anabela Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que a bancada do Partido Socialista se congratula com a medalha atribuída ao Senhor Bispo cuja proposta foi feita em sede de reunião de câmara pelo Vereador Carlos Nazaré. -----

----- Seguidamente referiu-se ao facto de não haver, neste momento, instalações sanitárias para uso dos utentes da central rodoviária, visto o bar onde as mesmas se localizam estar encerrado há já algum tempo, podendo esta situação, a manter-se, tornar-se num problema de saúde pública. -----

----- Considerou que o Centro de Negócios e Inovação, apesar da sua abertura tardia, é uma importante peça, entre outras, para quem quer investir em Rio Maior e questionou que outras políticas de apoio à fixação e à manutenção das empresas em Rio Maior estão previstas e quais já foram implementadas de forma a garantir o sucesso do centro já que considera que por si só poderia ser simplesmente um gabinete e uma secretária na câmara municipal. Questionou ainda quais são os objetivos quantificáveis para este centro, afirmando que quando se faz alguma coisa existe um fim a atingir e a desarticulação entre as peças pode inviabilizar o sucesso das intenções. -----

----- Referiu ainda as recentes manifestações quanto às políticas que estão a ser seguidas pelo atual governo, o seu impacto em Rio Maior, e a greve dos professores em particular devido à existência dos três centros escolares no concelho e que comentário teria a Presidente da Câmara para dirigir aos professores. Questionou ainda a Presidente da Câmara, enquanto militante do partido que está no governo, quais as suas preocupações quanto ao impacto destas políticas quer a nível nacional quer a nível local. -----

----- Por fim, disse que a bancada do Partido Socialista gostaria de endereçar os pêsames à família de Armando Madeira Bernardo, falecido na semana que passou. ---

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao sucesso das jornadas da Escola Profissional de Rio Maior que espelham também o sucesso do trabalho da própria escola em todas as suas vertentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por esclarecer que a limpeza da ribeira de S. Gregório é efetivamente uma das obras previstas em orçamento e no plano plurianual de investimentos mas que o seu valor se prevê muito superior ao orçamentado e remeteu os restantes esclarecimentos para a intervenção que o Vice-Presidente irá fazer em seguida. Quanto à questão acerca do fontanário disse que o concurso para a sua requalificação já foi lançado por duas vezes e em ambos ficou deserto e que este continua a ser uma preocupação do executivo tendo inclusive, no âmbito de uma pequena requalificação, feito alguma manutenção para que não se degrade mais. Esclareceu ainda que o fontanário da Rua do Mercado foi requalificado mas que não pode funcionar porque a canalização existente não o permite e para que tal fosse possível teria que se partir o próprio fontanário ou desvirtuá-lo colocando canalização exterior. -----

----- Acerca do espólio de Eugénia Lima voltou a dizer, como na anterior sessão da assembleia, que a própria disse dispor do mesmo como entender e que o local onde este irá ficar foi escolha da mesma. -----

----- Continuou dizendo que em relação ao processo de desburocratização dos serviços se encontra em desenvolvimento a implementação da modernização administrativa e que a curto prazo se espera que a agilização de procedimentos seja uma realidade com o objetivo de prestar um melhor serviço. -----

----- Quanto à loja do cidadão deu conhecimento do cronograma que lhe foi apresentado pela Agência da Modernização Administrativa onde se previa que a obra ficasse concluída em agosto e em condições de entrar em funcionamento no final desse mesmo mês ou início de setembro e salientou que se trata de uma situação que não depende da Câmara Municipal. -----

----- Em resposta à intervenção onde se invoca a sua militância esclareceu que coloca os interesses da autarquia acima de qualquer interesse partidário e que o facto de ser militante e ter proximidade à tutela torna-a mais útil dentro do que fora, já que outras lojas do cidadão que iriam avançar estão agora paradas e a de Rio Maior, embora tarde, por diversas razões e alterações governamentais, irá avançar mesmo com alguma alteração ao cronograma anteriormente apresentado. -----

----- Endereçou os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia da Vila da Marmeleira pela obra efetuada no fontanário e quanto ao problema do abastecimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

de água daquela freguesia a população e o Presidente de Junta estão devidamente informados acerca da situação. -----

----- Quanto ao movimento associativo e desportivo disse que o executivo reconhece todo o trabalho desenvolvido no âmbito da formação pessoal e desportiva de crianças e jovens, assim como na ocupação dos seus tempos livres e informou que os protocolos estarão em condições de assinar no início da época. -----

----- Acerca dos protocolos do mercado social de arrendamento, da integração de mulheres vítimas de violência e da associação dos amigos de alzheimer disse que a informação acerca de cada um deles será remetida por escrito. -----

----- Referiu que se trata efetivamente de um dia triste para as Correias, para a freguesia e para o concelho e que inclusive tinha já demonstrado a sua solidariedade à família e amigos pelo falecimento de Armando Madeira Bernardo. -----

----- Acerca do Centro de Negócios e Inovação voltou a referir que a sua abertura apenas se deu agora pelo facto da Escola Superior de Desporto de Rio Maior só ter ido para as suas instalações em março do corrente ano, sendo que a sua permanência nas instalações impossibilitava a instalação do centro, o que se afigurou como possível em maio. Disse não ter, no momento, dados concretos acerca da evolução do centro, das empresas que já estão instaladas, dos serviços que são prestados e das ações organizadas para divulgação e informação acerca das diversas oportunidades existentes dirigidas a toda a população e a todos os interessados, mas que existe uma forte dinamização para que todos aqueles que queiram se possam dirigir ao local e obter as informações necessárias, um espaço para desenvolver uma ideia ou negócio e o apoio logístico possível. -----

----- Relativamente ao bar da central rodoviária informou que se encontra em hasta pública a atribuição da exploração do bar sendo que as instalações sanitárias não são responsabilidade do município mas sim da Rodoviária do Tejo. -----

----- Por fim, sobre a questão da saúde, iniciou por dizer que a saúde não é uma competência do município e sim uma responsabilidade e tem-no sido através das unidades móveis de saúde que fazem um serviço de acompanhamento à unidade de cuidados na comunidade desenvolvendo um trabalho que permite a prestação de cuidados domiciliários. Esclareceu ainda que a informação que consta na comunicação social foi fornecida na última reunião de câmara acerca do ponto da situação, dados que foram solicitados à Diretora Executiva do ACES Lezíria e que revelaram que o número de utentes no total são vinte e dois mil trezentos e cinquenta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

e seis, que os utentes sem médico de família são sete mil e quatro, que estão afetos ao centro de saúde nove médicos especialistas de medicina geral e familiar e que foram contratadas mais setenta e oito horas semanais de prestação de serviços assegurada por três médicos. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à situação da limpeza da ribeira de S. Gregório e que no momento a situação até se encontra razoável e que se trata de obra de limpeza muito dispendiosa porque terá que ser feita manualmente e para à recuperação desta ribeira não existem verbas disponíveis pelo facto de esta ser integralmente suportada pela Câmara Municipal. -----

----- Quanto aos serviço do corta silvas informou que já se iniciaram os trabalhos em várias freguesias e que a sua utilização será distribuída por todas as freguesias. -----

----- Acerca da sinalização das obras em Abuxanas informou que a empresa que anda no local é a Tecnovia e que normalmente a sinalização se encontra corretamente colocada. -----

----- Relativamente às obras na paragem de autocarro na Avenida de Portugal disse que a correção indicada não está esquecida e agradeceu o alerta. -----

----- Informou que no que respeita à recolha de resíduos se trata da gestão deste serviço e que se entendeu efetuar uma reestruturação adequada, existindo, no entanto, o compromisso da empresa, no período de verão, em vez de uma recolha semanal fazer duas de acordo com as necessidades. -----

----- Quanto à rede de saneamento informou que o projeto do ciclo da água voltou a encerrar, impossibilitando a execução desta rede em vários locais, para além da Asseiceira, como Casais Monizes, Arco da Memória, Bairradas, Ribeira de S. João, etc., reconhecendo que a Câmara Municipal, por si só, não tem capacidade financeira para a realização da mesma. -----

----- Referindo-se à falta de água na Vila da Marmeleira disse tratar-se de um problema que não está resolvido e que o que se conseguiu até à data foi a elaboração do projeto esperando pela oportunidade que o projecto do ciclo da água poderia trazer, o que até à data não aconteceu. -----

----- Relativamente à atividade da Proteção Civil disse existir uma dinâmica permanente entre este serviço e os Bombeiros, estando, por isso, tudo preparado em caso de necessidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Por fim endereçou os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia de Malaqueijo pela organização do Grande Prémio YAMAHA 2013 efetuada pelo Moto Clube de Rio Maior. -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Interveio para dizer que na sua referência ao fontenário não invocou a falta de qualidade e a degradação dos azulejos mas sim ao desperdício de água e que quanto à obra a realizar no fontenário da Rua do Mercado não terá os necessários conhecimentos técnicos para avaliar a situação mas haverá quem poderá fazê-lo, evitando-se o “faz de conta”. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Fez um ponto de ordem à Mesa e dirigindo-se à Presidente da Câmara disse que aquilo que o afligiu enquanto munícipe foi ler que a própria Presidente disse não estar em condições para conseguir apurar se as coisas estão a funcionar bem ou mal. Continuou dizendo que como presidente do executivo Municipal esperava que pudesse contribuir para a resolução do problema. Considerou que quando a responsável pelo agrupamento de centros de saúde da Lezíria responde que há sete mil e quatrocentos utentes sem médico de família em Rio Maior, o que está a admitir é a sua própria incompetência e que as políticas praticadas faliram. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que disse na altura não estar em condições de apurar o bom ou mau funcionamento do centro de saúde e, por essa razão, questionou à Diretora Executiva do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) para ficar em posse da informação necessária e real. Referiu ainda que a dada altura estavam destacados para Rio Maior mais dois médicos, o que não se veio a concretizar. Voltou a salientar que não está em condições efetivas para apurar e para perceber o funcionamento do centro de saúde e que o feedback que tem que a unidade de serviços à comunidade funciona muito bem e a outra unidade funciona muito mal, daí ter questionado a Diretora Executiva do ACES acerca do que se passava. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Anunciou que seria agora votada a moção apresentada. -----

----- **Moção da Assembleia Municipal em Defesa da Água Pública** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **CIMLT – Prestação de contas 2012** -----

----- **Assunção de Compromissos Plurianuais** -----

----- **Fundos disponíveis maio 2013 – alteração de forma de cálculo** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 4)** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca das reuniões sobre a requalificação do espaço público, sobre a regeneração urbana e sobre o processo de revisão do Plano Diretor Municipal. Questionou também acerca do ponto de situação da Sociedade de Reabilitação Urbana. -----

----- Acerca do assunto dos Fundos disponíveis maio 2013 – alteração da forma de cálculo, solicitou que lhe fosse explicado o conteúdo da informação prestada, não só o cálculo da forma mas também acerca da disponibilidade financeira. -----

----- **Deputado António José Rodrigues da costa** -----

----- Questionou se o executivo está em condições de garantir de que não vão ser encerrados serviços públicos em Rio Maior com a abertura da loja do cidadão e se para além dos serviços já existentes e dos postos de trabalho já existentes, vão ser criados novos serviços e mais postos de trabalho e ainda se o setor privado também vai estar presente nesse espaço. Questionou também em que situação se encontra o processo da loja social. -----

----- De seguida perguntou se seria possível o executivo municipal informar a assembleia municipal qual a sua posição face à proposta de lei sobre o financiamento das autarquias locais. -----

----- Solicitou que lhe fosse esclarecido se no seguimento da ação de sensibilização da SUMA está prevista a criação de condições para a concretização prática destes modelos e para que não se trate apenas de mais uma campanha sem efeitos, questionando o que está a ser planeado e feito nesse sentido. Disse ter conhecimento da colocação de vários ecopontos nas freguesias e que o caminho deve ser efetivamente o aprofundamento e a ampliação desse serviço. -----

----- Por fim solicitou informação ao executivo municipal acerca de um processo que foi movido pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e sobre o qual recorreu para o Supremo e qual o objeto deste processo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- No âmbito do movimento associativo questionou se o executivo municipal estará disponível para ser um pólo dinamizador no trabalho desenvolvido e avançar no sentido daquilo que foi proposto pela EICEL e considerar o interesse público municipal do património indicado. -----

----- Por fim solicitou esclarecimentos acerca de um processo movido contra o município, por uma pessoa singular, por assédio moral. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que no que respeita à loja do cidadão de acordo com a informação da Secretaria de Estado quem terá a gestão do espaço será o município e que não se prevê o encerramento de serviços mas sim a transferência de alguns desses serviços, como a Segurança Social e eventualmente o Instituto dos Registos e Notariado. Disse ainda que existe também um conjunto de empresas privadas que poderão ter um posto na loja do cidadão mas que se trata de uma situação que está a ser acordada com a Agência de Modernização Administrativa com as orientações por parte da Câmara em face das necessidades sentidas. -----

----- Acerca da posição em relação ao projeto lei das finanças locais disse ser uma posição tomada pelos onze municípios da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo em que se manifestaram contra a proposta de lei das finanças locais e da forma como foi redigida e prevê-se que a sua votação seja feita a vinte e quatro de julho com as alterações que entretanto lhe foram introduzidas de acordo com as negociações com a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Disse ainda que se entendeu que a proposta estava a ser calculada baseada em pressupostos errados, nomeadamente à receita do IMI em que a previsão de receita que não se afigura correta. -----

----- Quanto à campanha de sensibilização da SUMA disse inserir-se no âmbito do contrato existente e esta, em específico, é dirigida ao pré-escolar e ao 1º ciclo com o objetivo de sensibilizar as famílias através das crianças. -----

----- Informou que o processo movido contra a câmara diz respeito a uma funcionária da autarquia e que se encontra a decorrer. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Informou que a loja social foi uma necessidade que a rede de ação social identificou e que se trata de mais um serviço de apoio a disponibilizar no nosso concelho. Disse que os moldes que inicialmente se tinha pensado para esta funcionar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

foram entretanto alterados com a adesão do município ao novo programa designado Contrato Local de Desenvolvimento Social + (CLDS+), informando que este programa prevê o desenvolvimento de um conjunto de ações na área do emprego, na área da pobreza, principalmente infantil, e da exclusão social e da capacitação das populações. Mais informou que este programa tem financiamento previsto pela Segurança Social, através de fundos comunitários, para estas ações pelo que se decidiu incluir a loja social no conjunto das ações a desenvolver pelo CLDS+. Disse ainda que no âmbito do contrato local de desenvolvimento algumas das situações previstas serão alteradas, designadamente o espaço, mas que tudo se encaminha para que a loja esteja a funcionar dentro em breve. -----

----- **Vice-Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que o processo do Sindicato de Trabalhadores da Administração Local é perfeitamente normal e que todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, têm direito a recorrer a tal e que se aguarda o desenrolar do mesmo e que em relação ao processo movido por assédio moral o mesmo se encontra em tribunal pelo que se escusou de comentar. Disse apenas que se trata de um direito que assiste aos trabalhadores que se consideram lesados de alguma forma e informou que em 1ª estância a decisão foi favorável à Câmara Municipal. -----

----- Acerca da colocação dos ecopontos disse ser uma prática já de há bastante tempo e que os mesmos se encontram distribuídos por todo o concelho. -----

----- Quanto ao movimento associativo afirmou que a Câmara Municipal apoia dentro das suas possibilidades e dos recursos que dispõe e informou a reunião havida com a EICEL foi de entendimento. -----

----- No que respeita ao desenvolvimento do processo de revisão do Plano Diretor Municipal informou que foram realizadas várias reuniões com as entidades acerca de vários conteúdos, como a cartografia, as servidões e restrições, os perímetros urbanos, e disse tratarem-se de reuniões técnicas, preparatórias à execução das peças do plano. Relativamente à reunião da Comissão de Acompanhamento disse que esta será marcada, em tempo, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- Relativamente às reuniões acerca da reabilitação urbana esclareceu que se trataram de reuniões para redefinição, dentro das áreas prioritárias, das áreas urgentes e que no momento se aguarda que a candidatura seja elaborada. Acerca da requalificação disse tratarem-se de reuniões de obras que se encontram a decorrer. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Voltou a intervir para esclarecer acerca da questão dos fundos disponíveis e disse que se trata de dar conhecimento de que serão considerados nesses fundos os encargos assumidos nos três meses seguintes e respetiva receita, onde se inclui todos os compromissos assumidos anteriormente à vigência da lei dos compromissos, como por exemplo Águas do Oeste, empréstimos, Valorsul, etc., conforme o e-mail da AIRC em anexo à informação. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Solicitou que os serviços fossem informados para dar conhecimento do documento em anexo onde vem especificada a informação global. -----

----- Pelas dezasseis e trinta e cinco foi suspensa a sessão para um pequeno intervalo e retomados os trabalhos às dezassete horas. Verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia reiniciou os trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO -----

----- Ponto I – Aditamento ao protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia – 2013 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e disse que a inovação da proposta de protocolos para as freguesias por quatro anos deste executivo municipal trouxe algumas reservas que se vieram a confirmar, já que praticamente todos os anos tiveram que ser presentes à Assembleia Municipal. Considerou que o próximo executivo deve ter em atenção a necessidade de se abranger o maior número possível de competências para evitar uma duplicação de esforços e de tempo. Sugeriu portanto uma reflexão para que os próximos autarcas tenham a preocupação de nos protocolos de delegação de competências para as juntas de freguesia se operacionalizem da melhor forma, evitando, como agora acontece, que existam algumas freguesias há seis meses sem receber um cêntimo por parte da autarquia, levantando alguns problemas para a sua gestão corrente. -----

----- Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira de São João -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Apelou para que os serviços de toponímia fossem rapidamente à freguesia para que possa concluir o trabalho iniciado já que existe uma alteração nos números de polícia. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Salientou o excelente trabalho desenvolvido pelos presidentes de junta e referiu que numa delegação de competências, embora preparada para quatro anos, seja normal que haja alterações a fazer especialmente nos tempos que correm onde as alterações legislativas e conjunturais são recorrentes e condicionam a ação da Câmara Municipal e consequentemente das juntas, mantendo, no entanto, os mesmos valores ao longo dos quatro anos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto II – Modificação Orçamental – 3ª Revisão ao Orçamento (despesa) e 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano (Atividades mais relevantes) 2013** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António José Rodrigues da costa** -----

----- Considerou que a alteração efetuada para suportar os custos com as deslocações dos estudantes para realização dos exames é positiva e do mais elementar bom senso. Relativamente à adesão do município à central de compras eletrónicas da Comunidade Intermunicipal da Lezíria Tejo, disse que gostaria de saber qual a poupança efetiva que foi feita através da utilização desta via. Questionou se está correta a sua leitura de existir um corte de trinta e oito por cento na programação cultural em rede do cineteatro e quais as suas consequências concretas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que para se reforçar numa rubrica terá que haver a consequente diminuição numa outra e como tal a realização de uma despesa extra obrigou a haver um corte como consequência. Referiu que em relação à programação do cineteatro está continua a decorrer normalmente e que existem outras formas de promover a cultura sem prejuízo para a comunidade. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 21 votos a favor e 1 abstenção. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Ponto III – Proposta de aquisição de serviço de comunicações fixas de voz e dados para instalações municipais – anos 2013/2014/2015/2016 – autorização prévia de compromisso plurianual** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto IV – Proposta de Abertura de Concurso Público para aquisição de energia elétrica em baixa tensão, baixa tensão especial e média tensão e autorização prévia de compromisso plurianual – Central de compras eletrónicas da CIMLT** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado António José Rodrigues da costa** -----

----- Questionou quais os critérios utilizados para a definição do preço base mencionado e quais foram os custos de energia suportados nos últimos anos, já que considera que apenas na posse desses dados se conseguirá avaliar estes documentos. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Disse que a atuação das Comunidades Intermunicipais, sob a égide da economia de escala e sem qualquer controlo democrático, são a forma do Governo diminuir a capacidade dos eleitos das assembleias municipais e considerou não ser este o poder local constante da constituição de abril, salientando que se trata de um elemento deformador da intervenção cívica e democrática, do controlo social e do controlo dos dinheiros públicos. Disse ainda que aparentemente existem ganhos financeiros de circunstância mas que as perdas de participação democrática são enormes. Acrescentou ainda que os municípios devem ter a liberdade de encontrar as suas sinergias e de associar devendo, em sua opinião, estas associações ser substituídas pelas regiões administrativas e pela democracia representativa, e não por entidades nomeadas sem qualquer sufrágio popular. Disse ainda tratar-se de uma questão política de fundo que tem a ver com o tipo de participação que este governo e esta política pretendem. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Disse não dispor no momento dos elementos solicitados já que se trata de caderno de encargos elaborado pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria Tejo para cada um dos onze municípios e que a resposta será remetida posteriormente por escrito. -----

----- Disse também que a Comunidade Intermunicipal onde Rio Maior se insere é totalmente democrática, composta por onze municípios das diferentes forças políticas onde têm assento os onze presidentes de câmara eleitos democraticamente. Acrescentou que a alteração a estas condições se encontra em discussão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 22 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- Ponto V – Traçado da estrada de ligação entre a EN 114 e a EM 583 (Azinheira) – pedido de utilização de solos integrados em áreas de RAN – Declaração de interesse público municipal do projeto -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado António José Rodrigues da costa -----

----- Considerou faltar alguma informação para que se possa tomar uma posição de forma inequívoca, como a fundamentação que sustenta a deliberação da Câmara Municipal e as razões para a execução da obra. Questionou qual a importância estratégica para o desenvolvimento do concelho e criação de postos de trabalho, se envolve diferentes proprietários dos terrenos ocupados por esta via e se estes foram ouvidos. -----

----- Deputado Albino da Piedade Ferreira -----

----- Afirmou que tratando-se da criação de infraestruturas que beneficiarão as populações a ação deve ser sempre de louvar mas que os documentos apresentados são efetivamente escassos em informação antecedente. Acrescentou que existe desde há já muitos anos uma estrada que não coincide com o traçado agora apresentado criando algumas dúvidas. -----

----- Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Solicitou escusa de participar na votação deste ponto e de discutir este assunto por ter envolvimento no processo em causa. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal -----

----- Esclareceu que se trata de um processo que se desenvolve há já pelo menos oito anos e que já foi presente à assembleia várias vezes. Confirmou que inicialmente o traçado era desde a Azinheira à Zona Industrial mas que por interesses legítimos das empresas a laborar na zona foi proposto um novo traçado que foi aprovado por unanimidade desde a Azinheira até à EN 114. Disse tratar-se de uma forma de agilizar o processo, não existe confronto algum com os proprietários, e que se trata de uma obra que integrará o domínio público municipal mas que irá ser custeada por uma das empresas instaladas no local. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com exclusão da Deputada Municipal Maria Júlia Marques Franco Mira, conforme solicitado ao abrigo do artigo 72º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- Ponto VI – Plano Estratégico de Desenvolvimento de Rio Maior – Visão e estratégia para 2025 e Plano de ação para 2030 -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados apresentando-o como um instrumento prospetivo que pretende contribuir para que o rumo do concelho de Rio Maior, ou seja, sustentável e pragmático, olhando às oportunidades e desafios que o território possui a diferentes escalas: concelhia, regional, nacional e internacional. Continuou dizendo que este trabalho foi desenvolvido em parceria com o gabinete de estudos Augusto Mateus & Associados com a equipa da Câmara, a quem deixou um voto de agradecimento e reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, que estendeu ao Vice-Presidente que em colaboração com os técnicos da autarquia e a Comissão de Acompanhamento composta pelas mais diversas entidades e salientou que se trata essencialmente de um documento orientador. -----

----- Disse ainda que sendo este documento da responsabilidade da Câmara Municipal, que foi aprovado em reunião do Executivo Municipal e que agora se apresenta à Assembleia Municipal para deliberação, que o mesmo tenha sido disponibilizado numa página das redes sociais para consulta pública, pelo Deputado Municipal representante do Bloco de Esquerda, demonstrando alguma falta de ética. Salientou que se tratou de uma atitude precipitada já que o documento poderia ter vindo a sofrer alterações antes da sua aprovação e afirmou que a quem compete a sua divulgação e disponibilização para consulta, a todos aqueles que o queiram consultar, é à Câmara. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Iniciou por dizer que se trata de um documento que merece uma atenção aturada e que o tempo para o fazer em condições não foi o suficiente, mas o que considera necessário e importante como guia e instrumento de trabalho a que todos deverão ter acesso. Referiu ainda que o prazo apresentado leva a que se pense nos diversos objetivos a concretizar a longo prazo e que deseja que estes sejam efetivamente alcançados. -----

----- Acrescentou que da leitura efetuada apreciou, particularmente, a parte que refere a gastronomia do concelho de Rio Maior, pelas mostras nas Tasquinhas e restauração local, e considerou que se trata de um verdadeiro menu a constar e destacou os pólos de atração e desenvolvimento dos elementos patrimoniais e culturais transversais à vida e aos olhos dos cidadãos e afirmou que gostaria de ver tudo isto zelado e cuidado, com todo o investimento anímico e material possível, para que Rio Maior marque o lugar que merece e que os riomaiorenses tenham orgulho naquilo que é a sua terra. Lamentou que muitos dos riomaiorenses não tenham ainda conhecimento de tudo o que o concelho pode oferecer, por falta de divulgação e dinamização. -----

----- Em jeito de despedida disse que sempre foi sempre com carinho, desvelo seu, a representação e histórias dos tempos e a disponibilidade ao serviço da terra que sempre dedicou na sua vida e colocou sempre em primeiro ponto, destacou e agradeceu à pessoa do Arquiteto Fernando Matias por lhe ter solicitado para intervir no documento em análise, nomeadamente no que respeita à Procissão da Via Sacra e afirmou que foi com prazer que colaborou. -----

----- Deputado António José Rodrigues da Costa -----

----- Iniciou por clarificar que a disponibilização pública do documento é da sua inteira responsabilidade e do Projeto de Cidadania, não tendo o Bloco de Esquerda qualquer responsabilidade ou até mesmo conhecimento dessa ação. Admitiu que em termos formais não seja uma posição adequada à formalidade dos órgãos mas que na sua perspectiva este tipo de documento é de tal forma importante para o concelho que deveria ter, a sua própria elaboração, a colaboração continuada e sistemática das freguesias, das associações locais, dos cidadãos, porque considera que este documento é de uma importância tal que não pode ser feito numa perspetiva unilateral. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considerou ainda que um documento desta importância merecia uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal e considerou muito importante a discussão e o planeamento do rumo de desenvolvimento do concelho e registou que o plano agora apresentado tem aspetos positivos, como a referência à importância de vários patrimónios de Rio Maior e a sua falta de valorização e promoção turística, sendo disso exemplo o Castro de São Martinho. Saudou o reconhecimento do património mineiro, fruto do trabalho desenvolvido por uma associação local de defesa do património, a EICEL, e a referência à necessidade de promoção e valorização ambiental do rio que dá nome ao concelho e seus afluentes e ao antigo caminho-de-ferro mineiro, embora considere que a sua importância e potencial não podem ser tratados apenas de passagem como acontece neste plano. Salientou que não é feita qualquer referência à valorização da antiga central hidroelétrica e lamentou também a pouca referência feita à importante figura que foi Ruy Belo para o concelho de Rio Maior por se tratar de uma riqueza maior que urge valorizar e divulgar a sua vida e obra. Continuou dizendo que falta neste plano uma verdadeira reflexão sobre o papel que a cultura pode e deve desempenhar no desenvolvimento do concelho e disse não compreender o porquê de o museu e o pelourinho de Azambujeira serem sistematicamente ignorados no documento. -----

----- Afirmou existirem neste plano três aspetos inaceitáveis neste documento, designadamente que se diga que a população de Rio Maior se encontra bem servida a nível dos cuidados de saúde quando perdura há já vários anos um problema sério de falta de médicos, que com o aumento do nível de desemprego existente se diga que o concelho se destaca como o concelho como tendo grande resistência ao desemprego e por fim que não tenha sido um documento mais participado e discutido por toda a população já que considera que a participação é um fator fundamental de desenvolvimento e que neste plano foi pouco valorizada. Acrescentou que não foi encontrada no documento uma única referência ao orçamento participativo, proposta por si apresentada e aprovada pela Assembleia, e fez notar que existem algumas incongruências como por exemplo a referência ao investimento do grupo espanhol Cortizo no Parque de Negócios de Rio Maior como ascendendo a dez milhões de euros quando a empresa, na sua página da internet, refere metade deste valor, assim como o facto dizer que a produção será exclusivamente para exportação quando a empresa fala em serviços de proximidade para o mercado nacional. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Por fim questionou quanto é que o município pagou ou irá pagar à empresa consultora pela elaboração do plano. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Iniciou por dizer que se trata de um longo período de tempo e que o que Rio Maior precisa não será bem isso e que o Vice-Presidente, na sua introdução, tem essa lucidez, ao dizer que um “plano estratégico nada mais é do que uma consolidação de ideias que por si só não produzem resultado algum, ao contrário é na implementação dessas ideias que a organização vai obter a melhor estratégia”. Considerou que o que Rio maior de facto precisa é de um plano ação para os próximos cinco ou dez anos e que venha resolver problemas atuais. -----

----- Evidenciou que, no entanto, o responsável pelas candidaturas e pelos projetos para a União Europeia, para o Programa Operacional de Potencial Humano e para o plano de investimentos até 2020 é a empresa do Professor Augusto Mateus, que é a mesma que disse durante anos que a melhor solução para Portugal seria o aeroporto em OTA e depois veio a dizer que a melhor solução seria Alcochete. Evidenciou também que depois de milhares de euros gastos com a consultoria da Augusto Mateus & Associados, Rio Maior continua sem planeamento estratégico a cinco ou a dez anos e considerou ser esta a lógica a inverter com a criação de um plano de ação concreto para o concelho e com perspetivas que irão configurar a base às futuras candidaturas a executar. -----

----- Afirmou não ser este o seu modelo de plano por várias razões, mas salientou a capacidade crítica e de reflexão e o trabalho dos que trabalharam neste documento, já que quem conhece alguns planos sabe que normalmente são cópias uns dos outros de concelho para concelho e que em relação a este documento de nota a correção e o trabalho dos técnicos e do executivo. -----

----- Chamou à atenção de alguns erros constantes do documento como, por exemplo, a páginas dezassete, aquando do enquadramento territorial estratégico na perspetiva interna, se refere que “na freguesia de Arrouquelas está localizado um significativo espaço de potencial turístico com grande expressão de nível de ocupação do território e ao nível económico e social possuindo valências distintivas e relevantes para o concelho: uma quinta pedagógica, equipamentos e serviços de saúde e cuidados para seniores, em centro equestre e um hotel charme, entre outros.” Afirmou que em tempos assim foi, mas que atualmente não reflete a realidade existente. Indicou também que alguns dos gráficos datam de 2001, o significa que do ponto de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

vista da base de dados, não se pode tratar uma perspetiva para trinta anos com dados de há já quarenta anos e considerou que isso é relevante nas conclusões e nas opções. -----

----- Disse que teve a oportunidade de dizer ao próprio Augusto Mateus, aquando das sessões participativas realizadas e nas quais participou, que achava a análise SWOT interessante, mas que faltou a integração do desemprego como um ponto fraco e fraqueza. Considerou que neste momento não ter em atenção ao facto de o desemprego e as falências serem uma ameaça distorce qualquer plano estratégico e não o considerar nem como fragilidade, nem como ameaça aproxima-se da desonestidade intelectual. -----

----- Defendeu que estes planos têm que ter um período temporal de cinco a dez anos para permitir um plano de ação e garantir uma linha orientadora e exequível. -----

----- Considerou ainda não ser admissível que a páginas cinquenta e um, se afirme que Rio Maior se destaca como um concelho com grande resiliência no agravamento do desemprego, registando nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional, entre 2001 e 2009, uma comparação com o referencial nacional em agravamento e se refira que desde 2001 se tem assistido a um decréscimo significativo do índice de desemprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional para o concelho. Disse que ficou incrédulo ao ler estes dados até porque este documento é para vigorar a partir de agora e tem até uma base de dados de levantamento dos trabalhadores notável, de inventariação, mas que há conceitos que têm que ver com o que o establishment diz e que não tem que ver com a realidade do concelho de Rio Maior. -----

----- Referiu, quanto à questão do empreendedorismo e quando se fala do centro de negócios, que não obstante ser uma boa ideia não deve confinar-se a um espaço físico e tem que configurar uma metodologia de trabalho, tem que ser um conceito estratégico, sendo isso que pode dar uma perspetiva de Rio Maior daqui a vinte e cinco, trinta anos. -----

----- Disse respeitar o trabalho do executivo e dos trabalhadores, mas que não pode aceitar alguns dos pressupostos constantes do documento, tal como a saúde. Acrescentou ainda que na área do património foram realizadas algumas inventariações e aproveitou para informar que o Partido Comunista Português entregou na quarta-feira uma recomendação ao Governo para as Marinhas do Sal serem património nacional. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Quanto à questão do centro de negócios e de este configurar um espaço físico explicou que a diferença é precisamente a existência de um espaço físico, já que existem muitos empreendedores e novos empresários, pessoas que estão em situação de desemprego e que têm incentivos para criar a sua própria empresa e se vêem impedidos de o fazer por não terem um espaço, uma sede. Afirmou que o espaço em causa vem possibilitar, sem encargos de maior, inclusive com todos os meios de comunicação e infraestruturas necessárias para o efeito, que tal se concretize. Salientou que a ideia era precisamente possibilitar a instalação num espaço físico de empresas, que de outra forma não conseguiram suportar todas as despesas inerentes ao desenvolvimento de um negócio próprio. -----

----- Quanto ao Plano Estratégico referiu que quando tomou posse o atual executivo a equipa da Augusto Mateus & Associados já era um dos parceiros no âmbito da candidatura da regeneração urbana do Programa Operacional do Vale Tejo, para elaboração deste documento razão pela qual foi dado continuidade ao seu desenvolvimento. Referiu ainda que a menção ao facto do mesmo se encontrar desatualizado afirmou que a realidade que a desatualização é constante pela rápida mudança que hoje se vive. Disse tratar-se de um documento dinâmico e não estático e que tem e deve que ser atualizado em função das realidades em mutação constante. Acrescentou ainda que a necessidade de existir este documento não é só para o município mas também para os particulares, já que existe um conjunto de fundos comunitários no novo quadro comunitário 2014/2020 dirigido às empresas onde um dos critérios poderá ser a existência de planos estratégicos e planos de ação. -----

----- Lembrou ainda que foram realizadas várias sessões de esclarecimento abertas a toda a população e entidades, devidamente e amplamente publicitadas para que todos pudessem comparecer e dar os seus contributos. -----

----- Vice - Presidente da Câmara Municipal -----

----- Iniciou por lamentar a ausência da população em geral e numa época em que se fala muito em orçamento participativo, também este seria um documento participativo, mas a participação foi diminuta. -----

----- Reconheceu, no entanto, que existem algumas críticas bastantes construtivas mas disse julgar que um plano estratégico, uma estratégia definida para criar emprego, em sua opinião deve partir do governo e da própria união europeia, já que o peso que uma autarquia tem para definir esse tipo de estratégia tende para zero. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Disse ainda que o Professor Augusto Mateus e a sua equipa quando iniciaram o documento foi num período em que existiam indecisões acerca da evolução da situação conjuntural e que os censos disponíveis na altura eram efetivamente os de 2001. Informou que durante a elaboração do documento foram inseridos os dados mais recentes, de 2011, mas que é natural que existam algumas imprecisões a retificar. -----

----- Voltou a referir que a falta de participação e salientou, com muito apreço, todo o trabalho feito pelos serviços técnicos da Câmara Municipal que foram incansáveis na participação, na análise, correção e elaboração das fichas integrantes do plano em colaboração com o executivo municipal. -----

----- Reconheceu que o documento não é perfeito, a Comissão de Acompanhamento deu o seu contributo, e o resultado é um plano que será sujeito a actualizações e alterações pela participação e contributo de todos. Afirmou ser o plano possível, no momento possível e voltou a salientar o trabalho de todos aqueles que participaram pela positiva no documento. -----

----- **Deputado Carlos Manuel Coelho Pereira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Solicitou escusa de participar na votação deste ponto e de discutir este assunto por ter participado na elaboração do mesmo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 19 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção, com exclusão do Deputado Municipal Carlos Manuel Coelho Pereira, conforme solicitado ao abrigo do artigo 72º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A CDU absteve-se neste documento por duas razões. A primeira é por respeito ao imenso trabalho que foi feito de certeza pelos técnicos e pelos políticos desta casa, porque revelam que nós temos capacidade crítica e capacidade de reflexão e construir projetos sozinhos. A segunda é, abstivemo-nos para não virmos a ser acusados de que não houve pedidos de candidatura porque não havia programa, e eu como sou comunista, logo não sou parvo.” -----

----- **Ponto VII – Prestação de serviços de auditoria externa às contas do município de Rio Maior – Nomeação de auditor externo** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado António José Rodrigues da costa** -----

----- Sugeriu que fossem convidadas mais que uma empresa para prestação do serviço referindo que poderia, dessa forma, baixar-se os custos aplicando não só o critério da qualificação profissional mas também o do preço mais baixo. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Questionou o porquê de ser sempre a empresa em causa a escolhida, se é porque apresenta melhores propostas ou quais as razões para a escolha. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que a empresa em causa há cerca de nove anos que trabalha com a Câmara Municipal e que para além da confiança que garantem e da qualidade do serviço, é também aquela que apresenta melhores preços. -----

----- **Chefe da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Esclareceu que a lei até ao valor de setenta e cinco mil euros prevê que se possa recorrer ao ajuste direto e que a Câmara Municipal executa uma consulta informal para comparação dos critérios das empresas consultadas. Referiu ainda que atendendo à capacidade técnica, à disponibilidade que tem vindo a ser demonstrada optou-se pela empresa em questão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com 21 votos a favor e 1 abstenção. -----

----- **Ponto VIII - Proposta de Regulamento Municipal de Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado António José Rodrigues da costa** -----

----- Disse que em sua perspetiva a questão da elaboração da proposta e aprovação poderia ser acompanhada por uma sensibilização para os fogos e considerou que deveria ser realizado um trabalho de sensibilização colocando o regulamento a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

discussão pública com a participação dos bombeiros, das juntas de freguesia e só após esse procedimento ser presente à Assembleia Municipal. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira** -----

----- Considerou que se trata de uma necessidade e que quem está nas juntas de freguesia sabe que estas alturas são sempre problemáticas devido aos fogos e à limpeza dos terrenos, especialmente quando estão dentro do limite do perímetro urbano e são situações em que a capacidade de intervenção das autarquias são diminutas ou impossíveis. Disse que se torna necessário encontrar-se responsabilidades partilhadas e construir caminhos para evitar problemas maiores e referiu que é possível fazer mais e melhor para responder às reais necessidades do concelho. -----

----- Considerou assim que este regulamento é um elemento facilitador para se conseguir dar rapidamente resposta a algumas das questões mais preocupantes nesta matéria. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Declaração de Voto do Deputado António Jorge da Silva Madeira** que se transcreve na íntegra: -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- “Eu não falei antes por uma razão muito simples. Porque inicialmente quando li o regulamento a minha consciência dizia-me para votar contra, apesar de concordar com noventa e nove por cento daquilo que consta neste regulamento. Se verificarem bem na alínea n) do artigo 5º, que caracteriza o que é que são fogueiras, diz que «fogueiras são queimas de sobrantes em espaço limitado». Ora bem, nós vivemos num momento de crise, em que a maior parte das pessoas nas aldeias utilizam sobrantes das matas para fazer comida e para queimarem nos fornos de fazer pão. Eu lembrei-me desse pormenor. Antigamente também quando eu era jovem raramente havia fogos, porque as pessoas faziam limpeza, elas próprias faziam limpeza das matas para queimar esses sobrantes. O artigo 9º vem dizer que «é proibido utilizar sobrantes, queimar sobrantes, numa fogueira para aquecimento de alimentos, e lembrei-me dos fornos de cozer pão, e as churrasqueiras quando fazemos o carvão comos e fazia antigamente. Ora bem, eu tive o cuidado de falar com o senhor Vereador Nuno Malta e a minha líder de bancada, em que houve um compromisso que iria ser feita uma alteração ou uma revisão nessa questão e com base nisso eu votei favoravelmente com base nesse compromisso que foi assumido.” -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezoito horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA:** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____